

A PRECARIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO

Raizza Adrielly F. da Silva Carvalho¹

Resumo:

Este trabalho foi desenvolvido na disciplina de Políticas Educacionais, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Campus Universitário do Araguaia (CUA), no Curso de Licenciatura em Letras, com o intuito de abordar temas que possuem forte relação com o papel da educação em nosso milênio, tais como a precarização do ensino público no documentário “Pequeno Grão de Areia”, Direção: Jill Freidberg: 2005, que aborda temas como direitos, política e educação. A palavra Educação do latim (educare) no sentido formal é todo processo contínuo de formação e ensino aprendizagem que faz parte do currículo dos estabelecimentos oficializados de ensino, sejam eles públicos ou privados. O objetivo deste artigo é analisar que tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo a luta é a mesma: a busca por uma educação qualificada. A luta pela educação é uma tarefa árdua que gera embates constantes em que de um lado protagonizam os educadores, os estudantes, seus familiares e parte da sociedade e, de outro, os governantes. Sabe-se que o direito à educação é uma garantia social de ordem constitucional, previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que possui como princípio básico a dignidade da pessoa humana, inclusive contribui para a formação da personalidade humana. Todavia, ainda que haja leis e políticas públicas/educacionais que permeiem o acesso à educação, sabe-se que o ensino público no país ainda é considerado extremamente precário, iniciando-se pela infra-estrutura escolar, gestão, materiais didáticos desatualizados, e, dessa forma, aumenta-se a exclusão na educação, e, conseqüentemente, aumenta-se a marginalização, e também, a pobreza, visto que há carência de condições básicas para que haja o ensino de qualidade na rede pública. Isto porque os governantes tratam esse direito como custo e não como investimento/benefício. Em outras palavras, o sistema político camufladamente exerce o chamado neoliberalismo, eles precisam de mão- de- obra barata, profissionais desqualificados, e isso ocasiona uma série de desigualdades sociais. Para fundamentar tal argumento, BALL (2014, p.163), afirma que a política tornou-se uma mercadoria, uma vez que, é mais viável terceirizar empresas e se eximir de responsabilidades, de modo que se obtenha uma maior vantagem no que se referem aos lucros, ou seja, menos é mais para o governo. É imprescindível mencionar que existem escolas que até poderiam atender a função social que é formar cidadãos qualificados, no entanto, o tema ainda gera controvérsias quando se trata da rede pública de ensino que deixa a desejar. É como se investir na educação fosse um crime! Na verdade para os políticos realmente seria, uma vez que, com um acesso adequado à educação, pode-se transformar um simples ser humano em um cidadão político que luta por seus direitos, de modo que, se impõe às massas políticas, buscando ações afirmativas do Estado, visando o bem maior, garantindo seus direitos e deveres enquanto cidadão. Nota-se que os figurantes que guerreiam por um país mais justo ainda são tidos como grãos de areia em um vasto deserto, no que se refere à uma educação digna capaz de transformar o mundo. Infelizmente é uma luta que está longe de findar.

Palavras-chave:

Educação. Direitos. Política.

¹Graduanda em Licenciatura em Letras. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA).

Referências:

BALL, Stephen J. **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Trad. De Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Disponível em: file:///C:/Users/cliente/Downloads/educacao_conceito_legislacao.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UDnBRO7Y1no>. Acesso em: 02 abr. 2021.

